

DA ABSTRAÇÃO LEGAL AOS LIVROS CONCRETOS: A PRODUÇÃO DE MANUAIS DIDÁICOS PARA O ENSINO DE ARTE NO BRASIL COM A REFORMA DA EDUCAÇÃO DE 1971

Esta pesquisa objetiva problematizar as relações entre o processo de concepção dos primeiros livros escolares para a Educação Artística e a legislação, que tornava obrigatório tal ensino nas escolas de 1º e 2º graus, mediante a reforma da educação brasileiro pela Lei 5.692, de 1971. Como fontes, além de documentos oficiais, contamos com coleções produzidas por empresas privadas, a exemplo da coletânea “Educação Artística” (1975-1978), da editora “Lê”, além da coleção “Comunicação pela Arte” (1977-1980), da editora FTD. Interessou também ao estudo, outros livros didáticos do período produzidos pelo Estado brasileiro, em regime de coedição com editoras privadas, como a coleção “Educação é cultura” (1980).

Desde 1971, com a obrigatoriedade da arte nas escolas, pareceres do Ministério da Educação e Cultura e indicações do Conselho Federal de Educação se sucederam para regulamentar o ensino de Educação Artística nas escolas e definir diretrizes para a formação dos professores específicos.

Analisamos tais documentos em confronto com os livros didáticos, entendendo-se que problematizar as exigências da legislação educacional contribui para a reflexão das demandas no trabalho editorial didático e suas apropriações. Isso pode ser percebido, inclusive, pela análise dos corpos dos livros, por isso, destacamos o seu estudo material, por meio das proposições de Roger Chartier (1998; 1990), na tensão entre conteúdos e apresentações físicas dos livros. Também, consideramos as especificidades desses impressos como artefatos da cultura material escolar, por isso, marcamos diálogo ainda com Agustín Benito (2012), entre outros, que problematizam o livro escolar no caso brasileiro (Bomeny *et al*, 1984; Freitag, *et. al*, 1993 e Batista, 1999).

Com o presente estudo foi possível perceber que os livros para a recente Educação Artística nasceram em um momento de franca modernização deste setor, marcado pelas melhorias na qualidade material, inclusive, devido à remodelação das configurações gráficas. Os progressos técnicos estimularam o emprego de imagens nas publicações. Ademais, o desenvolvimento de algumas práticas que privilegiavam o uso da imagem na educação, no final do século XX intensificou o emprego deste imaginário nas escolas, estimulando-se a impressão de reproduções iconográficas junto aos textos didáticos.

Foi possível compreender, ainda, as distâncias materiais entre os livros das empresas privadas e aqueles coeditados pelo Estado, o que colaborou para notarmos projetos distintos entre a produção independente de parcerias com o governo e os livros considerados públicos para o ensino da arte, marcados por apresentações mais simplificadas.

Enfim, com a investigação, notamos o quanto os interesses das editoras em firmarem relações comerciais com o Estado têm acompanhado a produção dos livros didáticos no Brasil. Em geral, os conteúdos destes respondem à legislação vigente, pelo particular empenho das editoras em se conformarem às demandas dos órgãos reguladores. Entretanto, é possível identificar ainda as resistências nessas produções, como modos de eleger seleções na

circulação de saberes e práticas escolares por meio dos impressos didáticos, objetos historicamente marcantes na cultura material escolar brasileira.